



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638379 - SP (2021/0000686-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI
ADVOGADA : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON TEIXEIRA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : ROBERTO DOS SANTOS
CORRÉU : GILMARIA TAMEIRAO GONCALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON TEIXEIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 0005887-77.2014.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 20 anos de reclusão em regime inicialmente fechado e de 10 dias-multa pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal.

O impetrante sustenta a nulidade do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em sede de revisão criminal em razão de sua fundamentação deficiente.

Requer, liminarmente, a reativação da revisão criminal no Tribunal de origem para que outro julgamento seja proferido. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente